

## TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS EM BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) ATRAVÉS DE ATA REGISTRO DE PREÇOS DA CATEGORIA 1 DO CATÁLOGO DE REFERÊNCIA DO SISTEMA EMOP DE CUSTOS UNITÁRIOS DO MÊS DE MAIO DE 2025.

## Sumário

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO .....	5
4. QUANTITATIVO A SER REGISTRADO .....	5
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	6
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	12
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	14
8. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS .....	16
9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	17
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE .....	22
11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	23
12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	24
13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO.....	26
14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	30
15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	30
16. DISPOSIÇÕES FINAIS .....	31

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de empresa para elaboração de projetos executivos em Building Information Modeling (BIM) através de ata registro de preços da categoria 1 do catálogo de referência do sistema EMOP de custos unitários do mês de maio de 2025, conforme condições e exigências estabelecidas.

**1.1.1** Modalidade: Pregão Eletrônico;

**1.1.2** Critério de Julgamento: Maior Desconto;

**1.1.3** Procedimento auxiliar: Sistema de Registro de Preços;

**1.1.4** Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário;

**1.1.5** Item a ser registrado: Itens compreendidos, EXCLUSIVAMENTE, na Categoria 1 do Catálogo de Referência do sistema EMOP de Custos Unitários do MÊS DE MAIO DE 2025.

**1.2.** Com base no enquadramento legal, entende-se que a elaboração de projetos executivos em plataforma BIM, o objeto da futura contratação, configura-se como serviço comum de engenharia. Isso porque seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente no edital, com base em especificações usuais de mercado, em especial os itens da Tabela EMOP, categoria 01.050, amplamente utilizados pelos entes estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

**1.3.** Ademais, o objeto não exige inovação técnica, nem apresenta soluções inéditas ou complexidade fora do padrão de mercado. Trata-se de escopo técnico padronizado, desenvolvido segundo referências normativas reconhecidas por entidades como ABNT, CONFEA, AU-BR e IBRAOP, possibilitando plena comparação entre propostas, assegurando a competitividade e a eficiência no processo licitatório.

**1.4.** Além da previsão legal contida na Lei nº 14.133/2021, a classificação do objeto a ser contratado como obra comum encontra respaldo na Nota Técnica IBR 0001/2021, emitida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP). De acordo com o entendimento exposto, “o fato de a obra exigir projetos com cálculos e dimensionamentos não afasta a sua possível classificação como obra comum, desde que os métodos de projeto e de execução sejam amplamente difundidos dentre os potenciais prestadores de serviço no respectivo mercado”.

**1.5.** Associado a isso, esse entendimento está plenamente alinhado ao que decidiu o TCE RJ no Acórdão nº 018531/2024-PLENV, que julgou improcedente representação contra contratação por pregão de projetos em plataforma BIM com valor superior a R\$ 70 milhões. O acórdão afirma:

“Portanto, constata-se que os projetos demandados (cerca de 97% do total orçado) foram especificados com descrição e codificação com base no sistema de custos EMOP (família 01.050), o que se configura como especificação usual de mercado a qual aponta para a entrega de produtos provenientes de solução difundida dentre potenciais prestadores de serviços de engenharia, ainda que os projetos exijam algum tipo de cálculo ou mesmo utilize a metodologia BIM.

Desta feita, não se demonstra desarrazoado entender o objeto como serviço comum.” (destacamos)

**1.6.** Dessa forma, com base na legislação vigente, nos entendimentos doutrinários e na jurisprudência dos órgãos de controle, resta suficientemente demonstrado que a elaboração dos projetos executivos em plataforma BIM, conforme parametrizada nesta contratação, se enquadra como serviço comum de engenharia.

**1.7.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, e poderá ser prorrogado, por igual período, demonstrada a vantajosidade, na forma do art. 84 da Lei federal nº 14.133/2021.

**1.7.1** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

**1.7.2** Considerando o art. 107 da Lei Federal nº14.133/2021, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**1.8.** Órgão Gerenciador da ARP:

- Secretaria Municipal de Obras Públicas

**1.9.** Órgãos e entidades participantes:

- De acordo com o procedimento de Intenção de Registro de Preços deflagrado em 14/03/2025: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inovação, Ciência e Tecnologia, Secretaria Municipal de Saúde.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A necessidade da presente contratação visa observar as diretrizes presentes na Lei nº 14.133, conforme consta no artigo 19, § 3º: “nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modeling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.”.

**2.2.** Em função da preferencialidade conferida pela nova lei de licitações, já é relativamente comum a contratação de projetos executivos em BIM por vários órgãos/entidades federais, estaduais, distritais e municipais, como se pode constatar em certames lançados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**2.3.** A implementação da técnica BIM na elaboração de projetos executivos é necessária e importante por conta do conjunto de tecnologias que permitem que várias partes possam projetar uma construção ou reforma/revitalização e operacionalizar (em sede de gestão e manutenção) o elemento projetado, como a via ou edificação projetada, isto é, há uma facilitação na gestão e operação dos empreendimentos edilícios e viários, além de outros equipamentos de infraestrutura projetados em BIM, como estações de tratamento

de esgoto e contenção de encostas. Trata-se de processo integrado para criar e utilizar o modelo digital de uma construção ou reforma/revitalização, durante todo o “ciclo de vida” de edificações ou de obras de arte correntes e obras de arte especiais.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**3.1.** A necessidade da presente contratação visa observar as diretrizes presentes na Lei nº 14.133, conforme consta no artigo 19, § 3º: “nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modeling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.”.

**3.2.** Em função da preferencialidade conferida pela nova lei de licitações, já é relativamente comum a contratação de projetos executivos em BIM por vários órgãos/entidades federais, estaduais, distritais e municipais, como se pode constatar em certames lançados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**3.3.** A implementação da técnica BIM na elaboração de projetos executivos é necessária e importante por conta do conjunto de tecnologias que permitem que várias partes possam projetar uma construção ou reforma/revitalização e operacionalizar (em sede de gestão e manutenção) o elemento projetado, como a via ou edificação projetada, isto é, há uma facilitação na gestão e operação dos empreendimentos edifícios e viários, além de outros equipamentos de infraestrutura projetados em BIM, como estações de tratamento de esgoto e contenção de encostas. Trata-se de processo integrado para criar e utilizar o modelo digital de uma construção ou reforma/revitalização, durante todo o “ciclo de vida” de edificações ou de obras de arte correntes e obras de arte especiais.

### 4. QUANTITATIVO A SER REGISTRADO

**4.1.** As quantidades dos serviços a serem contratados foram definidas a partir do levantamento das obras constantes no Plano de Governo e no PCA, bem como nas informadas pelos órgãos participantes. Entretanto, conforme apresentado no tópico anterior, como a família de projetos existentes na EMOP é vasta, entendemos como ideal se registrar a lista da tabela EMOP completa, no que diz respeito a projetos e/ou itens a eles relacionados.

**4.2.** De maneira mais cristalina, destacamos que a planilha orçamentária e memória de cálculo (**Anexo I**) apresentadas serviram apenas de referencial para limitar o valor total a ser contratado, pois, conforme entendimento da Administração, o melhor cenário é o registro dos itens listados na Categoria 1 do Sistema de Custos da EMOP.

**4.3.** A seguir, através da memória de cálculo utilizada como estimativa, foi definido o percentual de participação de cada órgão participante na Ata que será registrada.

<b>OBJETO A SER REGISTRADO:</b>	Contratação de empresa para elaboração de projetos executivos em Building Information Modeling (BIM) através de ata registro de
---------------------------------	---

	preços da categoria 1 do catálogo de referência do sistema EMOP de custos unitários do mês de maio de 2025.		
VALOR A SER REGISTRADO:	R\$ 23.904.230,23 (vinte e três milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e trinta reais e vinte e três centavos)		
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE CADA ÓRGÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
OBRAS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL
R\$ 2.358.317,89	R\$ 3.293.146,60	R\$ 18.252.765,74	R\$ 23.904.230,23
10%	14%	76%	100%

4.4. A proposta contendo o percentual de desconto deverá ser preenchida conforme modelo abaixo:

<b>CÓDIGO CATSER</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR A SER REGISTRADO</b>	<b>PORCENTAGEM DE DESCONTO REGISTRADA</b>
809	1	SERVIÇOS DA CATEGORIA 1 DO CATÁLOGO DE REFERÊNCIA DO SISTEMA EMOP DE CUSTOS UNITÁRIOS DO MÊS DE MAIO DE 2025	R\$ 23.904.230,23	<b>XX % (xxxx por cento)</b>

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O parágrafo 1º, art. 46, da Lei nº14.133/2021 determina que as obras e serviços de engenharia não podem ser realizadas sem projeto executivo, ressalvadas as previsões legais.

5.2. A NLLC prevê no inciso XXVI, art. 6º, a definição de projeto executivo como sendo: “o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.”.

5.3. Conforme prevê o art. 8º do Decreto Federal nº 10.306/20020, o contratante (Administração Pública) deverá definir o nível de detalhamento e de informação dos modelos BIM.

### 5.4. Nível de Detalhamento

**5.4.1** No contexto do BIM (Building Information Modeling), LOD significa "Level of Development" (ou Nível de Desenvolvimento, em português) e é um conceito usado para descrever o grau de detalhamento e confiabilidade das informações contidas em um modelo BIM em diferentes fases do projeto. O LOD define quanto um elemento do modelo está desenvolvido, tanto graficamente (forma e aparência) quanto em termos de dados (informações técnicas e construtivas).

**5.4.2** As classificações podem variar um pouco entre normas e países, mas geralmente seguem esta estrutura:



LOD	Descrição
LOD 100	Conceitual – Volume e localização aproximados, sem detalhes específicos.
LOD 200	Esquemático – Forma genérica e dimensões aproximadas. Informações preliminares.
LOD 300	Detalhado – Geometria e dados precisos, suficientes para documentação do projeto.
LOD 350	Coordenado – Inclui elementos de interface entre sistemas (por exemplo, conexões).
LOD 400	Construível – <b>Informações completas para fabricação e execução da obra.</b>
LOD 500	Como construído – Modelo “as built”, refletindo exatamente o que foi construído.

Fonte: Autodesk<sup>1</sup>

5.5. Entre os benefícios através da definição do nível de detalhamento mais refinado podemos listar:

5.5.1 *Comunicação clara entre as partes envolvidas no projeto (engenheiros, arquitetos, construtores etc.).*

5.5.2 *Definição de responsabilidades e expectativas em cada etapa do desenvolvimento.*

5.5.3 *Melhor planejamento e controle de custos, cronograma e manutenção.*

5.6. A metodologia BIM utiliza de dimensões que refletem a quantidade e tipos de dados que vão além do modelo tridimensional (3D). Cada dimensão adiciona mais informações e funcionalidades ao modelo, permitindo maior controle, planejamento e gestão ao longo do ciclo de vida de um projeto.

5.7. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), por meio do Manual de Obras e Serviços de Engenharia, apresentou uma classificação estruturada das dimensões BIM. No manual, foram listadas 10 dimensões utilizadas na metodologia BIM que, ao analisarmos, as dimensões 4D e 5D abordam disciplinas que estão inseridas na necessidade municipal que, nesse caso, versam sobre custo e prazo de execução dos projetos. Diante disso, trazemos a definição apresentada pelo TCE-SP:

5.7.1 “Dimensões BIM:

5.7.2 4D BIM – Vincula os elementos gráficos ao cronograma da obra, possibilitando estimar os prazos de cada uma das etapas. Permite gerenciamento do prazo projetado e possibilita medidas para mitigar problemas eventualmente identificados.

5.7.3 5D BIM – Agrega os dados de custo de cada elemento da obra, permitindo o gerenciamento e a análise do orçamento. Conforme ocorrerem mudanças nos projetos, estas terão seu impacto no orçamento automaticamente atualizado. (...)” (destacamos)

5.8. A empresa deverá comprovar que possui habilitação e capacidade de produzir os projetos considerando o nível de detalhamento - LOD 400 e com dimensões 4D (prazo) e 5D (custo).

5.8.1 A empresa deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com os atestados de capacidade técnica, a documentação comprobatória, composta por:

<sup>1</sup> <https://www.autodesk.com/solutions/bim-levels-of-development>

**5.8.1.1. PROJETOS E MODELAGEM EM FORMATO .IFC;**

**5.8.1.2. PRANCHAS DO PROJETO EM FORMATO .PDF;**

**5.8.1.3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM FORMATO PDF.**

**5.8.2** A referida comprovação serve para garantir que a empresa contratada possui a experiência e a expertise necessária à execução dos serviços, assegurando a qualidade e a conformidade dos projetos executados.

**5.8.3** A Administração reserva-se o direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emissora do atestado ou declaração de capacidade técnica, a fim de obter informações adicionais sobre o serviço prestado.

**5.9. Escopo de Atividades**

**5.10.** Observando o Caderno de Especificações e Projetos em BIM , elaborado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, o nível de projeto executivo contempla “o desenvolvimento final e o detalhamento de todas as entidades (elementos, componentes e objetos) dos Projetos de todas as disciplinas contratadas e/ou necessárias, de modo a gerar um conjunto de informações suficientes para a perfeita caracterização das obras/serviços a serem executados, bem como a avaliação dos custos, métodos construtivos e prazos de execução.”.

**5.11.** Os produtos e materiais que serão entregues pela contratada obedecerão ao que for solicitado nas Ordens de Serviços a serem elaboradas.

**5.12. Sustentabilidade**

**5.12.1** A sustentabilidade na contratação pode ser analisada sob duas vertentes complementares. A primeira refere-se à própria forma de execução contratual, uma vez que a adoção de tecnologias para elaboração e gerenciamento de projetos em meio digital contribui significativamente para a redução do consumo de papel, promovendo práticas mais sustentáveis. A segunda vertente diz respeito à concepção dos projetos, os quais deverão observar, obrigatoriamente, as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Termo de Referência.

**5.12.2** Em projetos de engenharia e arquitetura, os critérios de sustentabilidade são cruciais para garantir que as construções sejam ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis e socialmente justas. Os principais critérios de sustentabilidade a serem considerados em ambos os campos são:

**5.12.2.1.** Eficiência energética;

**5.12.2.2.** Redução do consumo de recursos;

**5.12.2.3.** Mínimo impacto ambiental;

**5.12.2.4.** Uso de materiais sustentáveis;

**5.12.2.5.** Uso de tecnologias e matérias-primas locais;

**5.12.2.6.** Menor geração de resíduos;

**5.12.2.7.** Maior vida útil;

**5.12.2.8.** Menor custo de manutenção/operação;



**5.12.2.9.** Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

**5.13.** São considerados critérios e práticas sustentáveis que deverão constar nos projetos desta contratação:

**5.13.1** baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

**5.13.2** uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

**5.14.** Subcontratação

**5.14.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, que deverá ser autorizada pela Contratante.

**5.14.2** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**5.14.3** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**5.14.4** O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**5.14.5** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**5.15.** Garantia de execução

**5.15.1** Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, no valor de 5% do valor contratado.

**5.16.** Garantia da Proposta

**5.16.1** Deverá ser apresentada, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, conforme trata o art. 58 da Lei 14.133/2021.

**5.16.2** O valor da garantia será de **1% (um por cento)** do valor estimado para a contratação.

**5.17.** Garantia adicional

**5.17.1** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o art. 59, § 5º, da Lei nº. 14.133/2021. A garantia, quando apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas

exigidas, será devolvida ao adjudicatário, que disporá do prazo de 10 (dez) dias para a regularização da pendência.

**5.17.2** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**5.17.3** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**5.18.** Os requisitos de habilitação jurídica, habilitação financeira, regularidade fiscal/trabalhista e habilitação técnica serão tratados neste Termo de Referência.

**5.19.** O agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**5.19.1** SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**5.19.2** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**5.19.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>) e

**5.19.4** Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União.

**5.20.** Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o agente de contratação deve conduzir diligência para verificar se houve fraude por parte das sociedades empresárias apontadas em relatório, considerando que a consulta aos cadastros mencionados no item anterior será realizada em nome da licitante e também de seus sócios majoritários, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei federal nº 8.429/1992, sendo que a tentativa de burla deve ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**5.21.** Constatada a existência de registros impeditivos nos bancos de dados de órgãos de controle externo, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**5.22.** Os requisitos de habilitação jurídica, habilitação financeira e regularidade fiscal e trabalhista observam as regras dos arts. 66, 68 e 69 da Lei federal nº 14.133/2021, bem como as regras do Edital.

**5.23.** Os requisitos de qualificação técnica observam as regras do art. 67 da Lei federal nº 14.133/2021, bem como as regras do Edital e as justificativas do Estudo Técnico Preliminar, e devem ser comprovados por meio de atestados de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente averbados no CREA, demonstrando tanto a capacidade técnico-profissional como a

capacidade técnico-operacional na prestação de serviços de elaboração de Projetos Executivos em Building Information Modeling (BIM) com os respectivos serviços preliminares, na seguinte forma.

**5.23.1 Serviços de elaboração de Projetos de Edificações em BIM para uma área mínima de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), assim compreendidos:**

**5.23.1.1. Projetos executivos de arquitetura de edificações educacionais/administrativas e edificações hospitalares em BIM, desenvolvidos por profissional habilitado para tal atividade.**

**5.23.1.2. Projetos executivos de estruturas e fundação de edificações educacionais/administrativas e edificações hospitalares em BIM, desenvolvidos por profissional habilitado para tal atividade.**

**5.23.1.3. Projetos executivos de instalações elétricas de edificações educacionais/administrativas e edificações hospitalares em BIM, desenvolvidos por profissional habilitado para tal atividade.**

**5.23.1.4. Projetos executivos de instalações hidrossanitárias de edificações educacionais/administrativas e edificações hospitalares em BIM, desenvolvidos por profissional habilitado para tal atividade.**

**5.23.1.5. Projetos executivos de climatização de edificações educacionais/administrativas e edificações hospitalares em BIM, desenvolvidos por profissional habilitado para tal atividade.**

**5.23.2 É permitido o somatório de quantitativos** em atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante em projetos em BIM.

**5.23.3 É necessário** que a licitante demonstre, ainda, que em seu acervo técnico **há projetos executivos com nível de desenvolvimento LOD 400 ou superior**, bem como projetos executivos com a efetiva execução de interoperabilidade e a coordenação de projetos em BIM, na forma da justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

**5.23.4** A empresa deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com os atestados de capacidade técnica, a documentação comprobatória, composta por:

**5.23.4.1. PROJETOS E MODELAGEM EM FORMATO .IFC;**

**5.23.4.2. PRANCHAS DO PROJETO EM FORMATO .PDF;**

**5.23.4.3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM FORMATO PDF.**

**5.23.5** Em caso de dúvida fundada suscitada pelo agente de contratação, a Administração poderá solicitar ao licitante, em diligência complementar, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**5.23.6** Registro ou inscrição da licitante no CAU e no CREA, e caso o licitante seja sediado ou domiciliado em outro Estado, será necessário o visto do CREA-RJ/CAU-RJ/ apenas no momento da contratação, e não da licitação.

**5.23.7** Apresentação de profissionais, independentemente de vínculo empregatício pré-existente, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação, na forma do inciso I do art. 67 da Lei federal nº 14.133/2021.

**5.24.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia dos locais de execução dos serviços.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.1** Início da execução do objeto se dará através de cada Ordem de Início de cada contrato celebrado.

**6.1.2** Suspensão do contrato: no caso de suspensão parcial do contrato, a paralisação da elaboração de determinado projeto executivo em BIM depende da indicação formal de fiscal de contrato consubstanciado em relatório técnico aprovado pelo ordenador de despesas e, no caso de suspensão total do contrato, basta a emissão do ato administrativo pela autoridade competente.

**6.1.3** Cada ordem de serviço para a elaboração de cada projeto executivo de determinado empreendimento pode ser acompanhada de cronograma físico-financeiro específico, especificando o prazo para a elaboração de cada uma das disciplinas, com as respectivas fases, bem como o Nível de Desenvolvimento (ND) respectivo, com o grau de detalhamento e a evolução do modelo ao longo das fases do projeto.

**6.1.4** Durante a execução contratual, a verificação do nível de desenvolvimento deve se dar da seguinte forma: **(1.1.4.1)** na fase de conceito (LOD 100), deve ser apresentada ao Município se a disciplina de projeto contém as ideias gerais e as relações espaciais, com elementos modelados como volumes genéricos e sem detalhamento de material, para fins de estudos de viabilidade, como, por exemplo, no Estrutural apenas a representação do esqueleto básico do edifício e, no Arquitetônico, o layout geral; **(1.1.4.2)** na fase de design prévio (LOD 200), o modelo BIM deve representar mais detalhadamente a geometria, com algumas simplificações e abstrações, como, por exemplo, no Estrutural, posições gerais de pilares, vigas e lajes e, no Arquitetônico, layout preliminar, com indicação de portas e janelas; **(1.1.4.3)** na fase de design detalhado, a Contratada deve apresentar a disciplina de projeto de forma detalhada a geometria dos componentes, com especificações claras, sendo nessa etapa que a maior parte das disciplinas de projeto executivo, como, por exemplo, no Estrutural, detalhamento de todos os elementos estruturais (vigas, pilares, fundações), e, no Arquitetônico, representação dos acabamentos, portas, janelas e dimensões detalhadas; **(1.1.4.4)** na fase de detalhamento (LOD 300), o modelo BIM da Contratada deve ter a inclusão de todas as informações relacionadas ao processo de construção, como, por exemplo, no Estrutural, detalhes sobre a fixação de componentes e interfaces com outros sistemas e, no Arquitetônico, todas as informações sobre acabamentos e materiais a serem utilizados nas instalações; **(1.1.4.5)** na fase de coordenação (LOD 350) devem ser incluídos os elementos de interface entre sistemas contemplando todos os modelos de disciplinas complementares (Arquitetura, Estrutura, Elétrica, Hidrossanitária, entre outras que se façam necessárias) compatibilizados entre si. A Contratada é responsável pela detecção e correção de interferências (clash detection) antes de cada entrega parcial, utilizando ferramentas como Navisworks ou Solibri. Um relatório de clash, com priorização de conflitos críticos, deve ser entregue em cada fase executiva. **(1.1.4.6)**, na fase de coordenação (LOD 400), por fim, o modelo BIM deve ser extremamente detalhado, com informações completas para a simulação da execução da obra, com a definição de todos os componentes e materiais, para fins de planejamento de manutenção e gestão de ativos, de maneira que, nesse nível, deve haver toda informação necessária para a operação contínua da edificação ou da via, como, por exemplo, no caso do Estrutural, a definição precisa dos elementos construtivos, com especificações exatas, e, no caso do Arquitetônico, a definição precisa de acabamentos, texturas e materiais, com todos os detalhes de construção. Todos os modelos BIM devem apresentar seus elementos contendo propriedades e parâmetros suficientes para permitir extração de quantitativos e composições orçamentárias, tais



como área de revestimentos, volume de concreto, comprimento de tubulações, potência de equipamentos, descrição de materiais entre outros, conforme padrões da tabela SINAPI, EMOP, entre outros e demais bases públicas. A ausência de parâmetros impede a verificação da completude do modelo.

**6.1.5** A entrega final dos projetos, ou seja, a disponibilização, deve se dar em formato neutro IFC, que é a linguagem comum entre softwares tradicionalmente utilizados na metodologia BIM (Revit, ArchiCAD, etc.), garantindo que as partes tenham acesso tanto a geometria 3D quanto os dados semânticos (material, características técnicas, status, etc) dos elementos do projeto, de modo que, na fase de execução contratual, em cada etapa de medição, todos os projetos, de cada disciplina, devem estar em padrão aberto, para fins de intercâmbio de modelos de dados e informações, de acordo com a ISO 16739, isto é, formato não vinculado a qualquer software específico.

**6.1.6** Para a verificação do formato aberto (neutro) IFC, o fiscal técnico pode analisar a relação de pranchas e arquivos nativos disponibilizada pela Contratada com a utilização de ferramentas de validação gratuitas de arquivos IFC, objetivando-se averiguar a estrutura do IFC, conversão e debug de IFC, visualização de IFC com plugins extras, dentre outros elementos de validação da consistência do padrão IFC.

**6.2.** Os serviços de elaboração de projetos em BIM devem ser conduzidos na própria sede da contratada, mas o apoio técnico a anteprojetos e projetos básicos e o apoio técnico à fiscalização contratual de obras licitadas com projetos derivados deste certame deve ser realizado nos órgãos e entidades requisitantes.

**6.3.** O acompanhamento e fiscalização da elaboração de projetos em BIM será desenvolvido através de um ambiente comum de dados, que permitirá a comunicação entre a contratada e a fiscalização, além de permitir o controle de versões, fluxos de validações e aprovações.

**6.4.** O acompanhamento e a fiscalização da elaboração dos projetos em Building Information Modeling (BIM) serão operacionalizados por meio da implementação e gestão obrigatória de um Ambiente Comum de Dados (CDE). Este CDE constituirá a plataforma centralizada e única para toda a comunicação e colaboração entre a Contratada e a Fiscalização.

**6.5.** O CDE deverá possuir funcionalidades robustas que garantam, no mínimo:

**6.5.1** Controle de Versões: Gerenciamento automatizado e irrestrito de todas as versões dos modelos, documentos e demais entregáveis, assegurando a rastreabilidade completa das modificações, datas, autores e comentários pertinentes a cada revisão.

**6.5.2** Fluxos de Validação e Aprovação Formalizados: Implementação de fluxos de trabalho digitais e padronizados para a submissão, revisão, validação e aprovação de todos os modelos e documentos de projeto, com registro temporal e identificação dos responsáveis por cada etapa.

**6.5.3** Gestão de Acessos e Permissões: Controle granular de acesso para diferentes perfis de usuários, garantindo a segurança e confidencialidade das informações, bem como a integridade dos dados.

**6.5.4** Interoperabilidade e Compatibilidade: Suporte a formatos de arquivo abertos e proprietários, como IFC (Industry Foundation Classes) e BCF (BIM Collaboration Format), permitindo a troca fluida de informações entre os diferentes softwares BIM utilizados e a visualização dos modelos pela Fiscalização, independentemente do software de origem.

**6.6.** A escolha e a implementação do CDE deverão ser propostas pela Contratada, submetidas à análise e aprovação da Fiscalização. O não cumprimento das diretrizes de uso do CDE ou a ausência das funcionalidades mínimas exigidas implicará nas sanções previstas em contrato.

**6.7.** Qualquer necessidade específica será tratada na própria Ordem de Serviço.

**6.8.** Os serviços de elaboração de projetos em BIM podem ser realizados em qualquer horário e o apoio técnico a anteprojetos e projetos básicos deve observar o horário de funcionamento dos órgãos e entidades requisitantes.

**6.9.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6.10.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados, dentre outros.

**7.6.** O Contratado não necessitará manter preposto no local da execução do objeto, o que não se confunde com a eventual prestação de serviços de apoio técnico por seus profissionais.

**7.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, sendo certo que estes serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#), devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.



- 7.8.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.9.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.10.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.11.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.13.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 7.15.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 7.16.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.17.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.18.** Cabe ao gestor do contrato:
- 7.18.1** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**7.18.2** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.18.3** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**7.18.4** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.18.5** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**7.18.6** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7.18.7** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

**8.1.** Conforme o art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**8.1.1** não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**8.1.2** desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**8.1.3** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**8.1.4** decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**8.1.5** caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**8.1.6** atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do

**8.1.7** anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**8.1.8** atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

- 8.1.9** razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 8.1.10** não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 8.2.** A extinção contratual poderá ocorrer das seguintes formas:
- 8.2.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 8.2.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 8.2.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 8.3.** A Administração Pública deverá observar todos os dispositivos da Lei federal nº 14.133/2021 sobre a extinção contratual, bem como, qualquer regulamentação municipal que trate sobre o tema.
- 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 9.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 9.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 9.2.1** não produziu os resultados acordados,
- 9.2.2** deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 9.2.3** deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 9.3.1** unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;
- 9.3.2** produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;
- 9.3.3** indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.
- 9.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante relatório sintético, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 9.5.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 9.6.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para tanto, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

- 9.7.** O prazo para recebimento provisório será contado da comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.8.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante relatório sintético que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 9.9.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante relatório sintético que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 9.10.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 9.11.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período estampado em cada cronograma físico-financeiro correspondente a cada memorando de início de elaboração de determinado projeto executivo em BIM, sendo certo que as unidades requisitantes devem basear os cronogramas, sempre que compatível com o regime de execução, em etapas de 1 (um) mês, de modo que a medição seja mensal (art. 92, §5º, da Lei nº 14.133/21).
- 9.12.** Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 9.12.1** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 9.12.2** o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.12.3** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório sintético ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 9.13.** O Contratado fica obrigado a reparar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais/equipamentos utilizados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 9.14.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 9.15.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório sintético deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização

técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**9.17.** Os serviços serão recebidos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**9.17.1** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**9.17.2** realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**9.17.3** emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**9.17.4** comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**9.17.5** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**9.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei federal nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

**9.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**9.21.** Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**9.22.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021.

**9.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**9.23.1** o prazo de validade, se couber;



- 9.23.2** a data da emissão;
  - 9.23.3** os dados do contrato e do órgão/entidade contratante;
  - 9.23.4** o período respectivo de execução do contrato;
  - 9.23.5** o valor a pagar; e
  - 9.23.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.24.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 9.25.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.26.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.26.1** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 9.26.2** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.27.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sendo que o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 9.28.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.29.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.30.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.31.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.32.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante



aplicação do índice de correção monetária denominado Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M).

**9.33.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**9.34.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.35.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, sendo que a retenção eventualmente cabível deve considerar a possibilidade de a contratada se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional.

**9.36.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.37.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**9.37.1** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.37.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.37.3** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.37.4** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.37.5** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.37.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.37.7** O reajuste será realizado por apostilamento.

**9.37.8** Consoante a Lei Federal nº 9.784/1999 e a previsão na Lei federal nº 14.133/2021, **a Administração deverá observar o prazo de 30 dias para manifestar sua decisão.** Entretanto, considerando a complexidade do objeto, o prazo poderá ser prorrogado quando devidamente justificado.

**9.38.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**9.39.** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**9.40.** A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**9.41.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**9.42.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**9.43.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**10.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme as cláusulas contratuais e os termos da proposta;

**10.3.** Exercer o acompanhamento e a supervisão dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, com data (dia, mês e ano) e identificação dos empregados envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente;

**10.4.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre eventuais imperfeições na execução dos serviços;

**10.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelo valor correspondente à prestação do serviço, conforme estabelecido no contrato;

**10.6.** Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.7.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado.

**10.8.** Caso haja necessidade de substituição da equipe chave, esta será condicionada à aprovação da Administração.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Executar os serviços em conformidade com as especificações do Termo de Referência e as OS's, com os recursos necessários ao cumprimento das cláusulas contratuais;

**11.2.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas e de forma imediata, os projetos que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, a critério da Administração;

**11.3.** Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas, EPIs e utensílios necessários, conforme especificações da proposta;

**11.4.** Assumir responsabilidade civil por todos os danos materiais ou morais causados, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, à União ou a terceiros;

**11.5.** Utilizar empregados habilitados, com conhecimento básico dos serviços e em conformidade com a legislação vigente;

**11.6.** Apresentar, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que acessarão o órgão, devidamente identificados;

**11.7.** Cumprir com todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação, sem transferência de responsabilidade à Administração;

**11.8.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive no tocante às Normas Internas;

**11.9.** Relatar à Administração qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços;

**11.10.** Não permitir o trabalho de menores;

**11.11.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.12.** Não transferir, nem parcial nem totalmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar as prestações, salvo nos casos autorizados pelo Termo de Referência ou minuta de contrato;

**11.13.** Arcar com ônus decorrente de eventuais equívocos no dimensionamento dos quantitativos da proposta, complementando-os, se necessário, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

**11.14.** Permitir o acompanhamento da execução dos serviços pelos agentes da Administração;

- 11.15.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, garantindo acesso ao local dos serviços e à documentação correspondente;
- 11.16.** Organizar técnica e administrativamente os serviços, conforme especificações do Termo de Referência, dentro do prazo estipulado;
- 11.17.** Conduzir os trabalhos conforme a legislação vigente, mantendo o local limpo e em condições adequadas de segurança, higiene e disciplina;
- 11.18.** Obedecer às determinações da CONTRATANTE quanto às normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 11.19.** Ter equipe técnica adequada e qualificada disponível;

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**12.2.1** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.2.2** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.2.3** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**12.2.4** Multa:

- 12.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo certo que a fiscalização deve decidir, caso a caso, de acordo com a parcela inadimplida, qual o prazo limite para a mora, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil e enseja a substituição da multa moratória pela multa compensatória observados os parâmetros do penúltimo subitem, além da rescisão do contrato.

- 12.2.4.2.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.
- 12.2.4.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do BDI previsto na planilha orçamentária.
- 12.2.4.4.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 12.2.4.5.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, no mesmo percentual previsto no primeiro subitem.
- 12.2.4.6.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações, que são consideradas, na presente contratação, itens específicos de inexecução parcial que justifiquem penalidade diversa:
- 12.2.4.6.1.** Vícios nos serviços acessórios à elaboração dos projetos executivos, previstos na planilha orçamentária, tais como relatórios de sondagem e levantamentos topográficos, dos quais decorram erros comprovados em partes dos projetos executivos; e
- 12.2.4.6.2.** Vícios nas planilhas orçamentárias e nos memoriais descritivos que não correspondam às informações previstas nas pranchas tridimensionais de cada um dos projetos executivos;
- 12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.8.1** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



**12.8.2** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**12.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.9.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.9.2** as peculiaridades do caso concreto;

**12.9.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.9.4** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**12.9.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei federal nº 14.133/2021.

**12.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**13.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento maior desconto.



**13.2.** O agente de contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**13.3.** O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

**13.4.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, da seguinte forma:

**13.4.1** O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

**13.4.2** No julgamento das propostas de preço, os indícios de inexecuibilidade devem ser necessariamente apurados quando o desconto percentual formulado pelo licitante estiver muito próximo do percentual do BDI do orçamento estimado, e demais critérios de avaliação da exequibilidade das propostas de preços devem ser observados no Estudo Técnico Preliminar.

**13.4.3** Propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, isto é, descontos maiores que 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento estimado podem implicar em desclassificação por inexecuibilidade.

**13.4.4** Quando ocorrer empate entre duas ou mais propostas serão aplicados os critérios dispostos no art. 60 da Lei federal nº 14.133/2021.

**13.5.** Para fins de habilitação, as licitantes devem comprovar o atendimento de todos os requisitos abaixo discriminados:

**13.5.1** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**13.5.2** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**13.5.3** Consórcio: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei federal nº 14.133, de 2021).

**13.5.4** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**13.5.5** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 13.5.6** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.5.7** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.5.8** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.5.9** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.5.10** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 13.6.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.7.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 13.8.** Para fins de qualificação econômico-financeira, o licitante deve apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor e, também, balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para o mais recente exercício financeiro, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como:
- 13.8.1** *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.***
- 13.8.2** *O atendimento dos índices financeiros deverá ser subscrito por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*
- 13.8.3** *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos e deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.*
- 13.8.4** *As sociedades empresárias criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*
- 13.9.** Para fins de qualificação técnico-operacional, os serviços preliminares de sondagem e topografia devem estar vinculados à elaboração de projetos em BIM, na forma do item 5.23 do presente Termo de

Referência, sendo permitido o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

**13.9.1** O atestado de capacidade técnica pode ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**13.9.2** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**13.9.3** O atestado deverá referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**13.9.4** A apresentação, pelo fornecedor, de certidão ou atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei federal nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**13.10.** Para fins de qualificação técnico-profissional, a licitante deve ter, entre seus responsáveis técnicos, observado o item 4 do presente Termo de Referência, devidamente registrados na certidão PJ CREA e na certidão PJ CAU, no mínimo:

**13.10.1** um engenheiro civil, um engenheiro eletricitista e um engenheiro mecânico, todos com os mesmos quantitativos mínimos exigidos quantitativos mínimos exigidos para fins de projetos de edificações em BIM.

**13.10.2** um arquiteto-urbanista, com os mesmos quantitativos mínimos exigidos para fins de projetos de edificações em BIM.

**13.10.3** Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

**13.11.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei federal n.º 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**13.12.** O atestado de capacidade técnica poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**13.13.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.14.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestado de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**13.15.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**13.16.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo fixado pelo agente de contratação na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recurso, sob pena de preclusão.

**13.17.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**13.18.** O recurso será dirigido o agente de contratação, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

**13.19.** Após a interposição do(s) recurso(s), os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de divulgação daquele(s), e o provimento do(s) recurso(s) importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**13.20.** Após a homologação do resultado do certame, o agente de contratação deve convocar o licitante para assinatura do Contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, justificadamente.

#### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**14.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 23.904.230,23** (vinte e três milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e trinta reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

**14.2.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**14.2.1** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133/2021;

**14.2.2** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**14.2.3** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**14.2.4** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Saquarema.

**15.2.** A contratação será atendida pela dotação abaixo:

**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS**

Programa de Trabalho: 27.812.0003.1.072; Natureza de Despesa: 3.3.90.39.80.00.00; Fonte de Recursos: 170401.

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Programa de Trabalho: 13.392.0003.1.038; Natureza de Despesa: 3.3.90.39.80.00.00; Fonte de Recursos: 150001.

Programa de Trabalho: 12.361.0003.1.043; Natureza de Despesa: 3.3.90.39.80.00.00; Fonte de Recursos: 157300.

Programa de Trabalho: 12.365.0003.1.044; Natureza de Despesa: 3.3.90.39.80.00.00; Fonte de Recursos: 157300.

**SECRETARIA DE SAÚDE**

Programa de Trabalho: 15.122.0037.1.058; Natureza de Despesa: 3.3.90.39.80.00.00; Fonte de Recursos: 170401.

**16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Saquarema, 30 de julho de 2025.

**Priscilla Barroso Poubel**  
Secretária Municipal de Obras  
Públicas  
Mat.: 9825-1

**Patrícia da Silva Oliveira**  
Secretária Municipal de Educação,  
Cultura, Inclusão, Ciência e  
Tecnologia

**João Alberto Teixeira  
Oliveira**  
Secretário Municipal de Saúde  
Mat: 80.101



## **ANEXO I**

### **SISTEMA EMOP DE CUSTOS UNITÁRIOS**

- CATÁLOGO DE REFERÊNCIA
- BOLETIM MENSAL DE CUSTOS

**MAIO/2025**



## **ANEXO II**

### **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA MEMÓRIA DE CÁLCULO (REFERENCIAIS)**